

◆ 1-Política Econômica

As novas políticas de competitividade da OCDE: lições para o Brasil*

Tendo em vista a emergência de um novo paradigma tecnológico e o processo de globalização, a participação nos fluxos comerciais internacionais passou a ser um importante indicador do sucesso de uma nação. A medida que os produtos de maior destaque na pauta internacional de comércio passaram a ser aqueles intensivos em tecnologia, as políticas tecnológicas surgem como um importante condicionante para uma maior competitividade e, conseqüentemente, uma maior participação no comércio internacional.

Na busca de um aumento das exportações, as políticas de competitividade adotadas pelos países da OCDE têm sido marcadas pela seletividade: há uma ênfase no apoio ao investimento em setores intensivos em tecnologia e na constituição de infra-estrutura necessária para alcançar objetivos de crescimento de longo prazo.

As principais características das políticas de competitividade da OCDE são: i) uma forte articulação entre as políticas comercial e tecnológica; ii) uma tendência progressiva de descentralização/regionalização das políticas adotadas; iii) uma importante participação dos governos na promoção dos gastos em pesquisa e desenvolvimento; iv) a combinação de políticas de estímulo à concorrência com políticas de promoção da cooperação e concentração; v) a combinação de políticas de cunho horizontal e vertical/setorial; e vi) a preocupação não apenas com o desenvolvimento de novas tecnologias, mas também com sua difusão rápida em todos os setores da economia, à medida que se considera que inovação e difusão fazem parte de um mesmo "pacote".

Apesar de os diferentes Estados Nacionais estarem passando por dificuldades fiscais, tem aumentado a sua participação ativa na promoção da competitividade do sistema econômico, com ênfase, principalmente, no apoio à inovação tecnológica – área onde a intervenção é permitida no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os orçamentos governamentais de P&D tem aumentado em termos reais na maior parte dos países da OCDE, o que tem se combinado a medidas de estímulo ao investimento em P&D por parte das empresas. Nos países da OCDE, a importância relativa dos incentivos via programas e projetos

tecnológicos de corte, regional e por tipos de empresas tem aumentado. A idéia é promover uma contínua mudança estrutural na indústria no sentido de aumentar a importância relativa de setores de alta tecnologia, especialmente o complexo eletrônico.

A justificativa para um papel mais ativo dos Estados Nacionais é a pressão da concorrência internacional que gera a necessidade de se reforçar o potencial de desenvolvimento nacional e/ou regional. De fato, a partir dos anos 90 o principal objetivo de política econômica dos países da OCDE passou a ser a criação das condições necessárias para que as empresas e a indústria possam concorrer de forma competitiva em um mercado global.

A análise das novas políticas de competitividade adotadas nos "grandes países" fornece para o Brasil importantes lições do que pode ser feito para promover um aumento mais expressivo das nossas exportações. Isto será fundamental para ajudar a contornar a restrição externa, tradicionalmente enfrentada pelos países em desenvolvimento, e contribuir para a retomada de uma trajetória sustentada de crescimento. A recente correção cambial promoveu um importante aumento da competitividade de nossos produtos, entretanto, nossas vendas externas continuam vulneráveis às flutuações dos preços das *commodities* internacionais, tendo em vista que mais de 40% da pauta se compõe de produtos básicos e semimanufaturados. O fraco dinamismo das nossas vendas externas sugere que há espaço para uma política mais ativa de promoção das exportações. Para se aumentar a competitividade de nossas vendas externas, além de uma taxa de câmbio favorável, há a necessidade de um aumento da "sofisticação" da nossa pauta de exportações, o que, como a experiência internacional demonstra, implicará um aumento do conteúdo tecnológico de nossos produtos.

O grande desafio nos próximos anos será aumentar a participação das exportações brasileiras no total mundial, que após atingir um pico de 1,42% em 1984, caiu para 0,94% em 1998. Com um crescimento mais dinâmico de nossas exportações, certamente ficará mais fácil crescer acima dos 3/4% esperados para o próximo ano.

ÍNDICE

◆ 2 - Nível de Atividade: Prossegue o movimento de lenta recuperação da indústria.....	2
◆ 3 - Inflação: Uma retrospectiva de 1999 e perspectivas para 2000.....	3
◆ 4 - Finanças Públicas: A arrecadação das receitas federais em 1999.....	4
◆ 5 - Mercado Financeiro: O comportamento do mercado de câmbio.....	5
◆ 6 - Setor Externo: O desempenho da Balança Comercial.....	6
◆ 7 - Operações do BNDES e da FINAME.....	7
◆ 8 - Anexo Estatístico.....	9

*Para uma análise mais detalhada sobre este tema, ver o artigo "As novas políticas de competitividade na OCDE: lições para o Brasil e atuação do BNDES", publicado na Revista BNDES 12.

◆2 - Nível de Atividade

Prossegue o movimento de lenta recuperação da indústria

Em novembro, a produção física industrial do IBGE apresentou uma estabilidade ante setembro, apresentando uma variação negativa de 0,1% - taxa dessazonalizada. Entretanto, o INA da FIESP registrou um crescimento dessazonalizado de 0,9%, enquanto as vendas reais da CNI registraram uma expansão real expressiva de 4,8% - taxa com ajuste sazonal - em novembro, contra outubro - ver Gráfico 2.1.

Segundo o IBGE, a atividade industrial acumulou no ano até novembro uma queda real de 1,5%, em relação a igual período de 1998.

Ao longo de 2000, espera-se uma recuperação mais acentuada do nível de atividade, para o que deverá contribuir um desempenho mais favorável das exportações.

O faturamento do comércio varejista

De acordo com os dados da FCESP, o faturamento real do comércio varejista paulista registrou, no mês de dezembro, um crescimento de 0,27% em relação a igual mês do ano passado, com destaque para o segmento de bens de consumo duráveis, com expansão real do faturamento de 27,6%, no período - ver Tabela 2.1. No acumulado do ano, o faturamento real do comércio varejista paulista registrou uma queda de 2,7% em relação a igual período de 1998. O faturamento real do comércio automotivo foi o destaque de queda no acumulado no ano, registrando uma redução de 36,9%.

Este resultado desfavorável do comércio automotivo no varejo tem se refletido na evolução da produção de autoveículos. Segundo a ANFAVEA, a produção no acumulado janeiro/dezembro registrou uma redução de 15,3% em relação a igual período de 1998 - ver Gráfico 2.2.

A evolução da taxa de desemprego

Segundo o IBGE, a taxa de desemprego aberto, em dezembro, recuou para 6,3% contra os 7,3% registrados no mês anterior - ver Gráfico 2.3. A redução dessa taxa, em relação ao mês de novembro do mesmo ano, decorreu da queda do número de pessoas procurando trabalho (-14,7%) e

do aumento de 0,8% do número de pessoas ocupadas. Em 1999, a taxa média de desemprego aberto permaneceu estável em relação à taxa de 1998, em 7,6%.

GRÁFICO 2.1
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - média de 1997 = 100

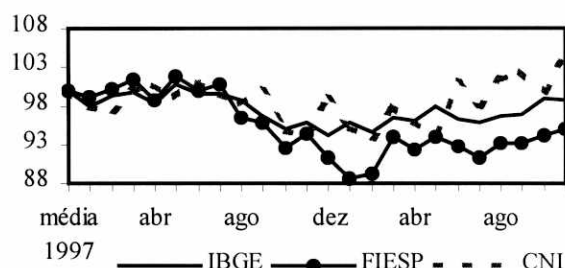


TABELA 2.1
FATURAMENTO REAL DO COMÉRCIO
VAREJISTA(%)

Atividades	Sobre Dez/98	Acum. ano
Comércio geral	0,27	-2,66
Comércio s/ concessionárias	4,97	4,18
Varejo bens de consumo	5,14	4,69
Duráveis	27,58	2,04
Semiduráveis	-0,29	-8,95
Não duráveis	-10,85	8,37
Comércio automotivo	-35,02	-36,86
Materiais de construção	1,79	-5,82

Fonte: FCESP.

GRÁFICO 2.2
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS - ANFAVEA
(EM MIL UNIDADES)

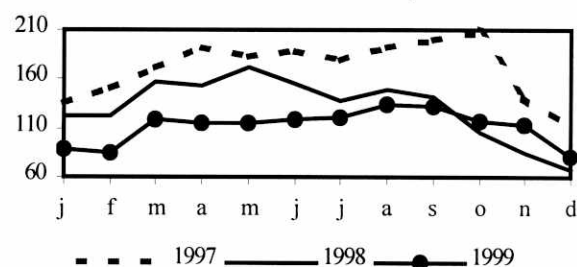
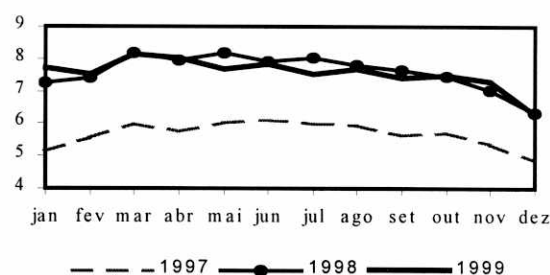


GRÁFICO 2.3
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO IBGE (%)



◆3 - Inflação

Uma retrospectiva de 1999 e perspectivas para 2000

No início de 1999, com a alteração do regime monetário, todos se perguntaram qual seria o impacto da desvalorização do real frente ao dólar sobre o comportamento dos preços domésticos. Estaríamos diante de um novo ciclo de aceleração descontrolada dos preços? Os fatos, por sua vez, apontaram para o contrário.

Apesar do aumento dos custos em decorrência da desvalorização do real em relação ao dólar, o seu repasse para os preços ao consumidor se mostrou limitado, em função da redução da demanda interna resultante da retração da atividade econômica – ver Gráfico 3.1.

Entretanto, no segundo semestre do ano, os índices de preços domésticos começaram a apontar para uma certa pressão inflacionária originada, principalmente, pelos reajustes dos preços de combustíveis e das tarifas públicas. Outras fontes de pressão inflacionária merecem destaque neste período: i) o aumento dos preços de alimentos em função das alterações climáticas que prolongaram o período de estiagem; e ii) o aumento dos preços das *commodities* agrícolas, principalmente carne e açúcar.

Apesar das expectativas pessimistas quanto ao comportamento dos preços, os resultados de dezembro apontaram para o sentido oposto, ou seja, que aquela era uma pressão localizada não implicando, assim, em uma reversão da tendência de queda da inflação. O IPC-FIPE, o IPCA e IGP-DI passaram de 1,48%, 0,95% e 2,53%, em novembro, para

TABELA 3.1
VARIAÇÃO ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Mês	Índices de preços		
	IGP-DI	IPCA	FIPE
Jan 98	6,74	4,74	3,80
Fev	6,32	4,69	3,62
Mar	5,34	4,52	3,17
Abr	4,58	3,85	3,15
Mai	4,50	3,95	3,12
Jun	4,07	3,41	1,87
Jul	3,59	3,06	0,97
ago	3,45	2,55	0,74
set	2,82	2,27	0,05
out	2,44	2,05	-0,15
nov	1,41	1,76	-1,11
dez	1,70	1,66	-1,79
Jan 99	1,97	1,65	-1,53
fev	6,48	2,24	0,01
mar	8,33	3,02	0,81
abr	8,51	3,35	0,66
mai	7,90	3,14	-0,24
jun	8,69	3,32	-0,50
jul	10,84	4,57	1,36
ago	12,64	5,69	3,14
set	14,32	6,25	4,77
out	16,52	7,50	5,93
nov	19,68	8,65	7,98
dez	19,98	8,94	8,64

GRÁFICO 3.1
TAXAS DE INFLAÇÃO(%)

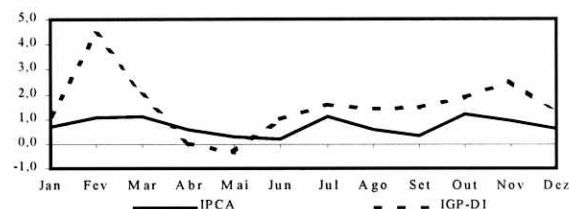
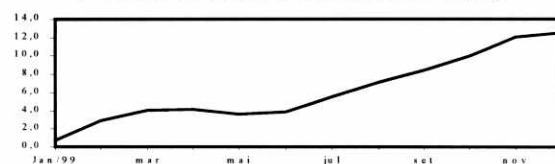


GRÁFICO 3.2
MÉDIA DAS TAXAS ACUMULADAS EM 12 MESES: IPCA, IPC-FIPE E IGP-DI, (%)



0,49%, 0,60% e 1,23%, respectivamente em dezembro.

Em 1999, o IPCA fechou em 8,94%, ficando dentro da meta inflacionária estabelecida pelo governo entre 6% e 10%. O IPC-FIPE e o IGP-DI, por sua vez, fecharam o ano em 8,64% e 19,98%, respectivamente – ver Tabela 3.1. A taxa de inflação média acumulada no ano – medida pela média aritmética desses três índices – foi de 12,52% – ver Gráfico 3.2.

Para o mês de janeiro, as expectativas são de uma ligeira alta dos preços ao consumidor em relação aos resultados de dezembro, dado que o aumento das mensalidades escolares e das tarifas públicas devem compensar o alívio em alimentos e combustíveis. Por outro lado, os preços no atacado devem desacelerar já em janeiro dado o bom comportamento do câmbio.

Em linhas gerais, as perspectivas para o ano 2000 são de manutenção da tendência de queda da inflação, uma vez que as pressões inflacionárias registradas em 1999 não deverão se repetir com igual intensidade neste ano. Entretanto, a potencial elevação dos preços de combustíveis e das tarifas públicas e a tendência de aumento dos preços das *commodities* internacionais estarão no centro das atenções dos agentes econômicos ao longo do ano. Por outro lado, as perspectivas de uma taxa de câmbio mais estável deverá constituir um fator de menor pressão sobre o comportamento dos preços domésticos.

O IGP-M em janeiro

O IGP-M, no mês de janeiro, foi de 1,24%, 0,57 ponto percentual inferior à alta de 1,81% registrada no mês de dezembro. O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram taxas de variação positivas de 1,29%, 1,17% e 1,15%, respectivamente.

◆4 - Finanças Públicas

A evolução do déficit nominal do setor público

O déficit público nominal acumulado no período jan/nov de 1999 – excluindo o efeito da variação cambial – foi de 4,98% do PIB, significativamente abaixo dos 7,58% do PIB de 1998 – ver Tabela 4.1.

O déficit continua sendo pressionado, principalmente, pelo aumento do pagamento dos juros nominais sobre a dívida pública, que atingiu 8,53% do PIB no acumulado no ano até novembro, contra os 7,59% do PIB em 1998. Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 3,55% do PIB no acumulado jan/nov de 1999, ante um pequeno superávit de 0,01% do PIB em 1998. O Governo Central continua sendo o destaque, registrando um superávit de 3,18% do PIB no período, contra um superávit de 0,31% do PIB em 1998. Este resultado decorreu, principalmente, do superávit de 3,44% do PIB registrado pelo Governo Federal e o BACEN, no período.

A arrecadação das receitas federais em 1999

Segundo a Secretaria da Receita Federal, a arrecadação federal apresentou uma

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) - sem desvalorização cambial
Acumulado no ano (em % do PIB)

	1998		1999
	Jan-nov	Ano	Jan-nov
Nominal	7,39	7,58	4,98
Governo Central	4,98	5,24	1,94
Gov. Fed. e Bacen	4,92	5,01	2,24
Empresas Estatais Federais	0,06	0,22	-0,31
Governos Regionais	2,41	2,35	3,04
Governos Estaduais	1,89	1,82	2,38
Governos Municipais	0,22	0,22	0,33
Empresas Estatais Estaduais	0,25	0,25	0,29
Empresas Estatais Municipais	0,05	0,05	0,04
Juros Nominais	7,47	7,59	8,53
Governo Central	5,40	5,54	5,12
Gov. Fed. e Bacen	5,44	5,57	4,84
Empresas Estatais Federais	-0,03	-0,03	0,28
Governos Regionais	2,07	2,05	3,42
Governos Estaduais	1,45	1,41	2,62
Governos Municipais	0,43	0,45	0,50
Empresas Estatais Estaduais	0,17	0,18	0,29
Empresas Estatais Municipais	0,02	0,02	0,02
Primário	-0,08	-0,01	-3,55
Governo Central	-0,42	-0,31	-3,18
Gov. Fed. e Bacen	-1,19	-1,36	-3,44
INSS	0,67	0,80	0,85
Empresas Estatais Federais	0,09	0,25	-0,58
Governos Regionais	0,34	0,29	-0,38
Governos Estaduais	0,44	0,41	-0,24
Governos Municipais	-0,21	-0,22	-0,16
Empresas Estatais Estaduais	0,08	0,07	0,00
Empresas Estatais Municipais	0,03	0,04	0,02

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) (-) = superávit

TABELA 4.2
ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERIAS
a preços de dezembro de 1999

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)			Variação (%)	
	Nov	Dez	Jan-dez	Dez99/ Dez98	Jan-dez99/ Jan-dez98
1998	10808	14054	160750	-	-
1999	13215	15022	164055	6,89	2,06

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

expansão real de 6,89% em dezembro de 1999, ante o mesmo mês de 1998 – ver Tabela 4.2.

Em 1999, a receita total apresentou um crescimento real de 2,1%, ante 1998.

Dívida líquida do setor público atinge 44,3% do PIB

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária – foi de 44,3% do PIB em novembro de 1999, ante os 38,1% do PIB observados em dezembro de 1998 – ver Tabela 4.3.

TABELA 4.3
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1996	1997	1998	1999 (nov)
Dívida interna	27,0	26,7	31,8	33,8
Governo Central	12,0	13,3	16,8	18,0
Títulos públicos	21,4	28,3	35,5	37,9
Créditos do BC	-8,5	-7,8	-5,7	-5,2
Renegociação c/Estados (2)	0,0	-5,5	-9,5	-10,2
FAT	-2,5	-2,6	-3,1	-3,1
Demais contas	1,6	0,9	-0,4	-1,4
Gov.estaduais e municipais	11,1	12,5	13,7	14,5
Renegociação c/Estados (2)	0,0	5,5	9,5	10,2
Dívida mobiliária	6,2	4,3	2,4	2,1
Dívida bancária	4,9	2,6	1,8	2,0
Demais contas	0,0	0,1	0,0	0,2
Empresas estatais	3,9	0,9	1,3	1,3
Dívida externa	3,9	4,3	6,3	10,5
Governo Central	1,6	1,9	4,3	8,0
Gov.estaduais e municipais	0,4	0,5	0,7	0,9
Empresas estatais	1,9	1,9	1,3	1,6
Dívida total	30,9	31,0	38,1	44,3
Governo Central	13,6	15,2	21,1	26,0
Gov.estaduais e municipais	11,5	13,0	14,4	15,4
Estados	n.d.	11,2	12,4	13,4
Municípios	n.d.	1,8	2,0	2,0
Empresas estatais	5,8	2,8	2,6	2,9
Federais	2,5	1,0	0,5	0,5
Estaduais	3,2	1,7	2,0	2,2
Municipais	0,1	0,1	0,1	0,2

Fonte: Banco Central.

Nota: (1) Exclui base monetária.

◆5 - Mercado Financeiro

O comportamento do mercado de câmbio

Depois do significativo recuo da cotação do dólar ao longo do mês de dezembro, as preocupações do mercado quanto ao novo patamar da taxa de juros norte-americana voltaram a pressionar o câmbio no início do mês de janeiro – ver Gráfico 5.1. No dia 31/12, a cotação da Ptax (venda) era de R\$ 1,7890. Já no dia 05/01 esta passou para R\$ 1,8544 e fechou o mês em R\$ 1,8024.

Frente a esta vulnerabilidade do país à conjuntura internacional e ao fato do comportamento dos preços domésticos constituir um dos principais focos de atenção dos agentes econômicos, o Banco Central prosseguiu cauteloso na administração da taxa de juros doméstica ao decidir mantê-la inalterada em 19,0% ao ano, assim como o viés neutro. Vale lembrar que a Taxa *Selic* não é cortada desde o dia 23 de setembro de 1999 – ver Gráfico 5.2.

O mercado de câmbio deve seguir sem maiores pressões ao longo deste primeiro trimestre, com a cotação do dólar oscilando perto de R\$ 1,80, uma vez que neste período o vencimento de empréstimos externos será baixo. No curto prazo, o maior risco é o de uma elevação da taxa de juros norte-americana superior a 0,25%, na próxima reunião do Fed a ser realizada no início de fevereiro. Entretanto, prevalecendo a tranquilidade no mercado de câmbio e dada a esperada desaceleração da inflação, é provável que haja espaço, na ausência de notícias negativas no cenário externo, para um novo corte na taxa *Selic* ainda no primeiro trimestre desse ano.

No segundo trimestre, a taxa de câmbio poderá sofrer uma pressão de alta em função do elevado número de vencimentos de empréstimos externos. A expectativa é que a taxa de câmbio alcance o patamar de R\$ 1,90 neste período e feche o ano próxima a R\$ 2,00.

No mercado futuro, os contratos de dólar com fechamento em primeiro de março, abril e maio tiveram em 31/01, uma cotação de R\$ 1,8208, R\$ 1,8165 e R\$ 1,8491, respectivamente.

Já as taxas de juros DI, anualizadas, projetadas para fevereiro, março e abril fecharam, em 31/12, em 18,86%, 19,28% e 19,94%, respectivamente.

GRÁFICO 5.1
PTAX VENDA (R\$/US\$)

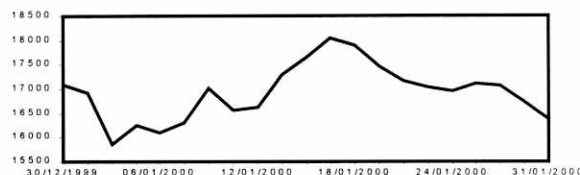
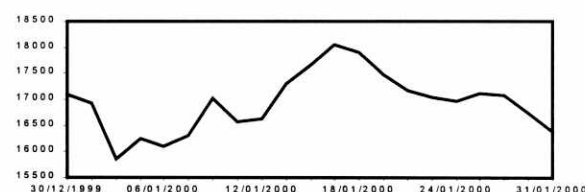


GRÁFICO 5.2
TAXA SELIC (%)



GRÁFICO 5.3
IBOVESPA - FECHAMENTO EM PONTOS



O IBOVESPA

Depois de ter iniciado o ano com consecutivas quedas – em função de um movimento de realização de lucros motivado pelos rumores de uma possível elevação da taxa de juros norte-americana –, o IBOVESPA retomou a sua trajetória de alta e, em meados do mês, quebrou mais um recorde ao ultrapassar a marca dos 18 mil pontos – movimento este que foi impulsionado pela troca de ações da Telesp e Tele Sudeste Celular pelos Brazilian Depositary Receipt (BDR).

Entretanto, na segunda metade do mês, o comportamento do IBOVESPA foi marcado por uma trajetória de queda impulsionada, por um lado, por um movimento de realização de lucros e por, outro lado, pelo comportamento da Bolsa de Nova Iorque que registrou consecutivas quedas frente ao temor de uma possível elevação das taxas de juros domésticas – ver Gráfico 5.3.

No mês de janeiro, o IBOVESPA registrou uma valorização nominal negativa de 4,1%.

Na ausência de turbulências no cenário internacional, a expectativa é de que o IBOVESPA retome a sua trajetória de alta no curto e médio prazos, com espaço para realizações de lucro neste período.

◆6 - Setor Externo

O desempenho da Balança Comercial

A Balança Comercial, no mês de dezembro, registrou um superávit de US\$ 249 milhões – o que correspondeu a um resultado das exportações e das importações de US\$ 4673 milhões e US\$ 4424 milhões, respectivamente -, a despeito da sazonalidade negativa desse mês em questão.

Este resultado no mês de dezembro contribuiu para que o déficit acumulado no ano ficasse em US\$ 1,2 bilhão – abaixo da maioria das previsões que indicavam um número próximo a US\$ 1,5 bilhão.

Embora o resultado do ano tenha sido ainda negativo – a despeito da desvalorização do real frente a dólar realizada no início de 1999 -, dois fatos merecem ser destacados.

O primeiro deles é que o saldo comercial do ano apresentou uma melhora de cerca de US\$ 5,4 bilhões em relação ao resultado de 1998. Entretanto, é importante ressaltar que a queda do déficit comercial, em relação a 1998, decorreu, principalmente, do comportamento das importações – que registraram queda de 14,8% -, dado que as exportações caíram 6,1% neste período.

O segundo fato a ser destacado é a tendência de recuperação das exportações, principalmente em termos de quantidades embarcadas, o que traz perspectivas favoráveis para o desempenho comercial do país no ano 2000.

De fato, o resultado atípico do mês de dezembro decorreu do bom comportamento das exportações que, por sua vez, já vêm descrevendo uma tendência de crescimento em relação à igual período do ano anterior desde o mês de outubro – ver Gráfico 6.1. No comparativo mês/igual mês do ano anterior as vendas externas brasileiras cresceram, respectivamente, em outubro, novembro e dezembro 7,1%, 8,0% e 18,5%.

A análise dos índices de *quantum* e de preços, elaborados pela FUNCEX, também corroboram esta tendência de recuperação do dinamismo das exportações.

Os dados da Tabela 6.1 apontam para uma trajetória, trimestre após trimestre, de firme recuperação do *quantum* exportado e para um nítido movimento de desaceleração da queda dos preços dos produtos exportados em todas as categorias de uso.

No que diz respeito aos mercados compradores, os melhores desempenhos das exportações brasileiras, em 1999, foram registrados nas vendas para os Estados Unidos e Ásia que registraram, respectivamente, um crescimento de 9,9% e 2,1% em relação a 1998 – ver Tabela 6.2. Por outro lado, refletindo a retração econômica da região, as vendas externas para a ALADI sofreram, nesta mesma base de comparação, uma retração de 21,3%. Para o Mercosul, esta queda foi de 23,7% – com destaque para as vendas de produtos manufaturados (-23,5%).

TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES: VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR(%)

	Total			Básicos			Semimanufaturados			Manufaturados		
	Preço	Quantum	Valor	Preço	Quantum	Valor	Preço	Quantum	Valor	Preço	Quantum	Valor
1º trim	-15,6	-12,2	-3,5	-11,1	-20,1	13	-13,3	-19,9	9,6	-18,6	-5,4	-14,2
2º trim	-11,8	-13,4	2,1	-17,2	-16,5	0,3	-6,6	-21,6	19,4	-10,9	-9,9	-1,5
3º trim	-6,8	-11,7	5,8	-10,5	-12,1	3,1	-4,3	-14,9	12,5	-6,6	-11,3	4,7
4º trim	11,3	-8,1	21,3	9,4	-10,4	2,4	18,3	-2,8	21,8	8,9	-9	19,1

Fonte: FUNCEX.

GRÁFICO 6.1
EXPORTAÇÕES: VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR (%)

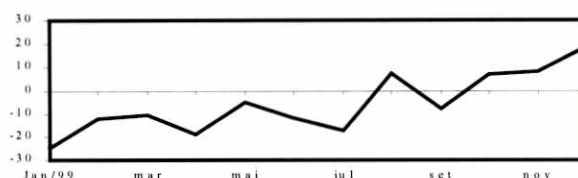


GRÁFICO 6.2
TAXA DE VARIAÇÃO NEGATIVA DO ACUMULADO NO ANO (%)



TABELA 6.2
EXPORTAÇÃO: PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS (US\$ MILHÕES)

	1999	1998	Var. %
União Européia	13736	14748	-6,9
ALADI	10495	13328	-21,3
- MERCOSUL	6778	8878	-23,7
- Demais	3717	4448	-16,4
EUA (+ Porto Rico)	10849	9871	9,9
Ásia	5732	5615	2,1
- Grupo dos 5	1273	1133	12,4
- Demais	4459	4482	-0,5
Europa Oriental	1175	1163	1,0
África	1336	1651	-19,1
Oriente Médio	1496	1614	-7,3

Fonte: SECEX.

TABELA 6.3
EXPORTAÇÃO POR FATOR AGREGADO (US\$ MILHÕES)

	Janeiro-Julho			Agosto-Dezembro			Janeiro-Dezembro		
	1999	1998	%	1999	1998	%	1999	1998	%
Básicos	6840	8069	-15,2	4988	4908	1,6	11828	12977	-8,9
Industrializados	19230	22461	-14,4	16081	15046	6,9	35311	37507	-5,9
Semimanufaturados	4373	4927	-11,2	3609	3193	13,0	7982	8120	-1,7
Manufaturados	14857	17534	-15,3	12472	11853	5,2	27329	29387	-7,0
Op. Especiais	498	421	18,3	374	235	59,1	872	656	32,9
Total	26568	30951	-14,2	21443	20189	6,2	48011	51140	-6,1

Fonte: SECEX.

As exportações desagregadas

O desempenho das exportações, em 1999, está ligado a um cenário mais favorável, tanto internamente quanto externamente, que se desenhou a partir do terceiro trimestre do ano. Nos sete primeiros meses de 1999, em comparação com igual período de 1998, as exportações brasileiras caíram 14,2%; enquanto a expansão de agosto a dezembro de 1999, sobre iguais meses de 1998, foi positiva em 6,2%.

Vale destacar que o aumento das exportações brasileiras a partir de agosto foi obtida, principalmente, através das vendas de produtos semimanufaturados que, neste mesma base de comparação, registraram uma taxa de variação positiva de 13,0%. Já as vendas externas de produtos básicos e manufaturados, no mesmo período observado, cresceram 1,6% e 5,2%, respectivamente – ver Tabela 6.3.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou uma queda real de 16% no acumulado em 12 meses até dezembro de 1999 - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma redução real de 23%, no período.

O valor das aprovações do BNDES caiu 25% em termos reais no acumulado em 1999, ante 1998. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou uma redução real de 21% no período - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma queda real de 25% em 1999, contra 1998. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma redução real de 33% no período.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram o montante de R\$ 19,3 bilhões no ano de 1999, ante os R\$ 22,9 bilhões registrados em igual período de 1998, ambos a preços de dezembro de 1999 - ver Tabela 7.1. A FINAME registrou uma queda real de 23% de seus desembolsos. O BNDES, por sua vez, apresentou uma redução real de 14% dos desembolsos no período, o que resultou da queda real de 43% das liberações para operações diretas, que mais que compensou o crescimento real de 50% dos desembolsos para operações indiretas. Finalmente, a BNDESPAR apresentou uma redução real de 0,4% de seus desembolsos em 1999, ante o ano anterior.

Distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1998 pode ser observada na Tabela 7.2. No ano de 1999, apenas a indústria de transformação apresentou um pequeno crescimento real de 0,3% de seus desembolsos, ante 1998. A maior queda real - de 30% - coube aos desembolsos para a infra-estrutura. O setor de serviços apresentou uma queda real de 17% de suas liberações de recursos no período. A agropecuária, por sua vez, registrou uma queda real de 14% de seus desembolsos no período. Em 1999, as liberações para a indústria de transformação apresentaram a maior participação - de 46% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	Em R\$ milhões		
	1998	1999	Var. %
BNDES	14.680	12.614	-14,1
Op. Diretas	10.169	5.833	-42,6
Op. Indiretas	4.511	6.780	50,3
FINAME	6.805	5.273	-22,5
BNDESPAR	1.427	1.421	-0,4
Total	22.924	19.307	-15,8

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Acumulado até dezembro de cada ano, a preços de dezembro de 1999 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS

Meses	Em %				
	AGROP.	IND.	INFRA- TRANSF. ESTRUTURA	SERVIÇOS	TOTAL
jan98	67,6	42,1	-1,7	23,8	19,0
fev	105,3	64,5	91,7	55,3	74,0
mar	88,1	100,0	57,6	30,0	71,3
abr	41,2	75,5	155,4	45,6	93,4
mai	13,8	73,7	146,0	26,1	55,2
jun	-8,8	65,5	90,6	27,1	43,1
jul	-11,5	32,4	112,1	36,8	40,7
ago	-8,0	38,9	86,2	49,4	40,9
set	-13,6	40,0	53,7	32,9	30,2
out	-12,8	31,0	43,6	36,2	24,6
nov	-7,0	29,6	16,0	22,0	13,3
dez	-6,2	16,7	-1,8	17,1	2,9
jan99	46,4	-13,3	-62,2	24,5	-19,4
fev	-24,8	11,8	-67,4	-11,2	-24,0
mar	-18,7	5,6	-30,8	3,2	-8,7
abr	-12,6	8,2	-58,8	-4,2	-26,8
mai	-5,4	5,0	-56,6	-2,3	-24,7
jun	-0,6	10,5	-57,1	-15,4	-24,5
jul	1,0	8,5	-60,9	-16,7	-27,4
ago	6,0	0,8	-59,0	-21,4	-28,8
set	-4,4	-5,2	-58,5	-23,0	-30,9
out	-6,0	-2,4	-54,9	-22,1	-28,1
nov	-13,5	-5,1	-47,0	-17,4	-24,8
dez	-14,4	0,3	-30,0	-17,0	-15,8

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	1998	1999	Var. %	Part % 1999
TOTAL	22.924	19.307	-15,8	100,0
AGROPECUÁRIA	1.628	1.393	-14,4	7,2
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	8.790	8.816	0,3	45,7
METALURGIA	1.044	1.230	17,8	6,4
MECÂNICA	1.120	684	-39,0	3,5
MATERIAL DE TRANSPORTE	2.398	3.180	32,6	16,5
CELULOSE E PAPEL	483	320	-33,7	1,7
QUÍMICA, P.F., PERF. S. E VELAS	699	538	-23,0	2,8
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	1.418	1.600	12,8	8,3
OUTRAS	1.628	1.264	-22,3	6,5
INFRA-ESTRUTURA	9.982	6.991	-30,0	36,2
SERVIÇOS	2.157	1.790	-17,0	9,3
OUTROS	366	316	-13,8	1,6

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

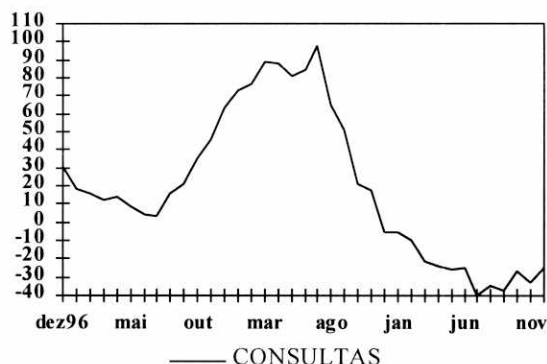
Nota: (1) Acumulado até dezembro de cada ano, a preços de dezembro de 1999 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-à-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2 e 3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

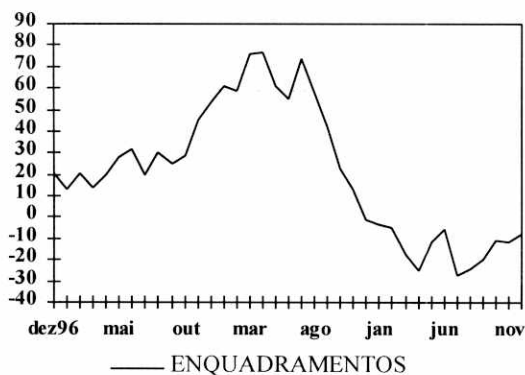


GRÁFICO 7.3

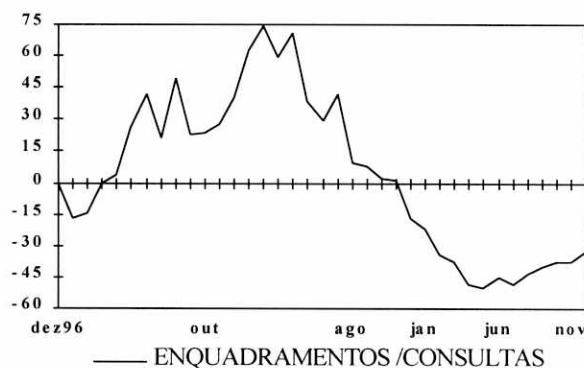


GRÁFICO 7.4

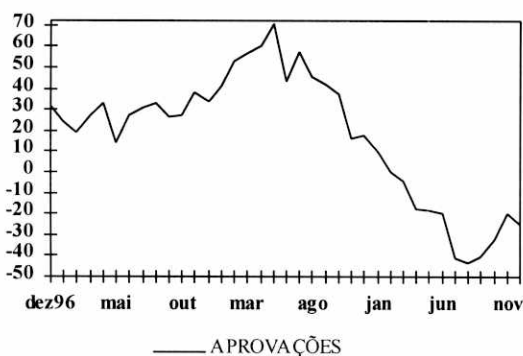


GRÁFICO 7.5

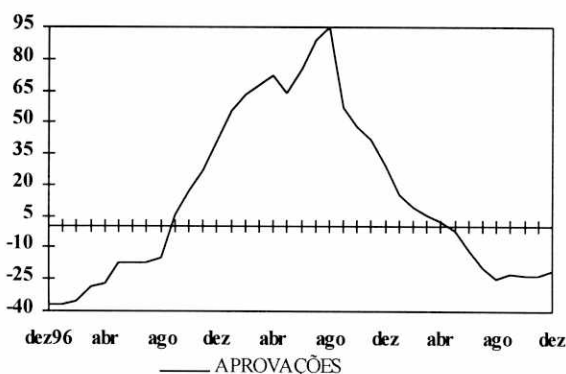


GRÁFICO 7.6

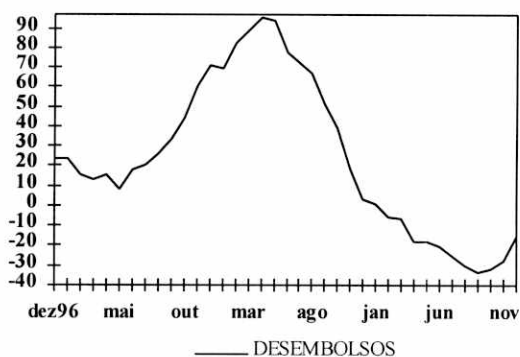
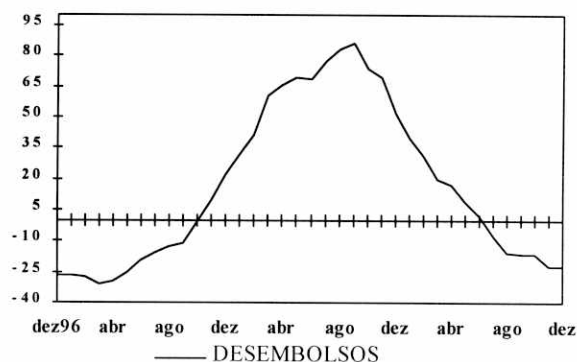


GRÁFICO 7.7



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP-M / FGV			Dólar Comercial (var.%) (1)			635/87 (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
set/97	0,74	5,08	8,10	0,49	3,60	7,21	0,67	1,93	5,50
jul	0,09	5,17	6,76	0,60	4,22	7,12	-1,24	0,66	1,98
ago	0,09	5,27	6,55	0,76	5,02	7,33	1,23	1,89	1,37
set	0,48	5,77	6,96	0,44	5,48	7,32	1,78	3,70	4,06
out	0,37	6,16	7,15	0,61	6,12	7,33	1,77	5,53	6,03
nov	0,64	6,84	7,62	0,61	6,77	7,41	-0,54	4,97	4,77
dez	0,84	7,74	7,74	0,59	7,40	7,40	0,38	5,37	5,37
jan/98	0,96	0,96	6,88	0,65	0,65	7,41	1,38	1,38	10,15
fev	0,18	1,14	6,62	0,60	1,25	7,50	1,71	3,11	11,83
mar	0,19	1,33	5,60	0,62	1,88	7,37	-0,84	2,25	10,34
abr	0,13	1,47	5,03	0,61	2,50	7,57	2,02	4,31	13,76
mai	0,14	1,61	4,95	0,54	3,05	7,35	0,37	4,70	8,97
jun	0,38	1,99	4,58	0,56	3,63	7,43	0,43	5,15	8,70
jul	-0,17	1,82	4,31	0,56	4,21	7,39	1,09	6,29	11,27
ago	-0,16	1,66	4,05	1,16	5,42	7,81	2,98	9,46	13,20
set	-0,08	1,58	3,47	0,74	6,20	8,13	3,21	12,98	14,79
out	0,08	1,66	3,17	0,64	6,88	8,17	4,92	18,54	18,34
nov	-0,32	1,33	2,18	0,67	7,60	8,23	-0,47	17,98	18,43
dez	0,45	1,79	1,79	0,62	8,26	8,26	3,48	22,08	22,08
jan/99	0,84	0,84	1,67	64,08	64,08	76,49	59,31	59,31	91,84
fev	3,61	4,48	5,15	4,11	70,82	82,65	5,74	68,45	99,44
mar	2,83	7,44	7,92	-16,6	42,47	51,39	-16,32	40,96	68,31
abr	0,71	8,20	8,54	-3,56	37,40	45,12	-3,39	36,18	59,38
mai	-0,29	7,89	8,08	3,81	42,63	49,84	4,04	41,69	65,21
jun	0,36	8,27	8,06	2,64	46,40	52,94	3,40	46,50	70,10
jul	1,55	9,95	9,92	1,11	48,02	53,78	3,70	51,92	74,49
ago	1,56	11,67	11,81	7,08	58,50	62,77	8,63	65,03	84,06
set	1,45	13,29	13,52	0,33	59,02	62,11	1,93	68,22	81,78
out	1,70	15,21	15,36	1,60	61,57	63,66	2,46	72,36	77,52
nov	2,39	17,97	18,50	-1,55	59,06	60,05	-1,47	69,82	75,73
dez	1,81	20,10	20,10	-6,95	48,01	48,01	-6,33	59,07	59,07
jan/00	1,24	1,24	20,58	-0,74	-0,74	-10,46	0,18	0,18	0,03

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composto pela taxa de juros, imposto de renda e variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB(1)								FBCF		Exportações		Importações		B Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		(% do PIB)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Chase	3,9	4,4	-	-	-	-	-	-	-	-	52,7	57,3	49,2	50,1	3,5	7,2	-22,1	-20,6
Citibank	3,5	4,0	5,1	5,8	2,6	3,9	2,7	3,1	-	-	54,0	57,8	50,6	52,5	3,4	5,3	-25,7	-25,1
Garantia	2,4	3,8	4,5	6,3	0,8	6,7	2,5	3,1	-	-	54,2	59,6	51,5	55,2	2,7	4,4	-24,2	-24,6
JPMorgan	3,0	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-	57,5	65,3	53,2	58,1	4,3	7,2	-23,3	-22,1
LCA	2,2	3,0	2,8	3,5	3,0	2,3	2,0	2,5	-	-	53,3	57,7	50,7	52,6	2,6	5,1	-23,5	-23,0
Macrometrica	4,0	5,0	5,6	7,3	2,8	5,2	3,4	3,7	20,9	21,8	57,2	59,8	53,4	59,1	3,8	0,7	-23,7	-26,1
MCM Consultores	3,0	-	3,6	-	1,2	-	2,8	-	21,0	-	56,0	-	52,7	-	3,3	-	-23,6	-
Tendências	2,9	2,0	3,5	1,9	1,7	2,0	2,8	2,1	20,4	20,9	53,0	56,2	51,0	51,5	2,0	4,7	-22,9	-17,7
MÉDIA	3,1	3,7	4,2	4,9	2,0	4,0	2,7	2,9	20,8	21,4	54,7	59,1	51,5	54,2	3,2	4,9	-23,6	-22,7
DESMOPADRÃO	0,61	0,91	0,98	1,96	0,82	1,77	0,41	0,55	0,26	0,45	1,78	2,79	1,37	3,16	0,68	2,02	0,96	2,69

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusivo Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

(3) Conceito nominal.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC-FIPE				IGP-M			
	fev	mar	abr	2000	fev	mar	abr	2000
Chase	0,7	0,9	0,5	7,0	0,6	0,7	0,6	9,1
Citibank	0,6	0,5	0,6	6,5	0,6	1,1	0,5	9,5
Garantia	0,6	0,6	0,5	-	0,9	0,7	0,5	-
JPMorgan	0,5	0,7	0,7	6,7	0,7	0,7	0,7	7,5
LCA	-	-	-	-	0,6	0,3	0,4	-
MCM Consultores	0,7	0,9	0,4	6,2	0,3	0,6	0,2	6,6
Tendências	0,7	0,5	0,7	6,5	0,4	0,6	0,9	8,3
Média	0,7	0,7	0,6	7,0	0,7	0,7	0,6	8,9
Desvio Padrão	0,15	0,15	0,21	1,04	0,40	0,24	0,21	1,81

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIPPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/98	0,71	0,24	0,96	0,88	0,75	0,26	1,15	1,12	1,12	1,19
fevereiro	0,46	-0,16	0,18	0,02	-0,15	0,09	0,45	1,13	1,13	1,19
março	0,34	-0,23	0,19	0,23	0,13	0,09	0,90	1,13	1,14	1,17
abril	0,24	0,62	0,13	-0,13	-0,28	-0,08	0,47	1,14	1,14	1,19
maio	0,50	0,52	0,14	0,23	0,13	0,12	0,45	1,15	1,15	1,21
junho	0,02	0,19	0,38	0,28	0,17	0,18	0,49	1,15	1,16	1,22
julho	-0,12	-0,77	-0,17	-0,38	-0,61	-0,22	0,55	1,16	1,16	1,23
agosto	-0,51	-1,00	-0,16	-0,17	-0,04	-0,31	0,37	1,17	1,18	1,26
setembro	-0,22	-0,66	-0,08	-0,02	0,06	-0,31	0,45	1,18	1,19	1,33
outubro	0,02	0,02	0,08	-0,03	-0,19	-0,08	0,89	1,19	1,19	1,26
novembro	-0,12	-0,44	-0,32	-0,18	-0,20	-0,25	0,61	1,19	1,20	1,25
dezembro	0,33	-0,12	0,45	0,98	1,74	0,23	0,74	1,21	1,21	1,29
Acum. Ano	1,66	-1,79	1,79	1,71	1,50	-0,28	7,79	-	-	-
jan/99	0,70	0,50	0,84	1,15	1,58	1,82	0,52	1,50	1,98	2,00
fevereiro	1,05	1,41	3,61	4,44	6,99	5,97	0,83	1,91	2,06	1,98
março	1,10	0,56	2,83	1,98	2,84	3,11	1,16	1,90	1,72	1,78
abril	0,56	0,47	0,71	0,03	-0,34	1,11	0,61	1,69	1,66	1,72
maio	0,30	-0,37	-0,29	-0,34	-0,82	0,71	0,58	1,68	1,72	1,73
junho	0,19	-0,08	0,36	1,02	1,35	0,89	0,31	1,77	1,77	1,82
julho	1,09	1,09	1,55	1,59	2,03	2,26	0,29	1,82	1,79	1,86
agosto	0,56	0,74	1,56	1,45	2,15	2,15	0,29	1,88	1,92	1,98
setembro	0,31	0,91	1,45	1,47	2,30	2,06	0,27	1,90	1,92	1,98
outubro	1,19	1,13	1,70	1,89	2,58	2,15	0,23	1,97	1,95	2,02
novembro	0,95	1,48	2,39	2,53	3,59	2,10	0,20	1,93	1,92	2,02
dezembro	0,60	0,49	1,81	1,23	1,60	0,97	0,30	1,85	1,79	1,95
Acum. Ano	8,94	8,64	20,10	19,99	28,88	28,32	5,74	-	-	-
jan/00	-	-	1,24	-	-	-	-	1,80	1,80	1,95

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/98	-5,57	0,69	1,69	3,76	-2,99	-0,30	1,13
fev	8,55	0,77	1,95	-1,62	-0,18	0,42	1,78
mar	12,80	1,21	2,01	1,93	-1,87	0,43	1,71
abr	-2,38	0,84	1,57	1,72	1,58	0,48	1,13
mai	-15,80	0,82	1,49	-2,77	1,54	0,40	1,33
jun	-2,08	0,61	1,22	0,52	1,68	0,18	1,06
jul	10,82	1,23	1,88	-3,41	-0,64	0,73	1,54
ago	-39,46	1,04	1,64	-1,05	3,02	1,32	1,38
set	1,95	1,03	2,57	8,33	5,64	0,82	1,36
out	6,80	1,31	2,86	-1,46	-5,34	0,56	1,97
nov	22,87	1,44	2,96	0,41	-0,48	0,99	2,54
dez	-21,74	0,80	1,94	-3,93	2,75	0,18	1,25
Acum. no ano	-34,63	12,44	26,53	1,81	4,31	6,38	19,76
jan/99	19,44	0,18	1,33	68,58	53,75	62,71	0,89
fev	5,24	-2,20	-1,19	-2,45	-4,45	0,49	-1,17
mar	16,74	-1,13	0,49	-18,70	-12,58	-18,90	-0,40
abr	5,37	0,40	1,63	-1,65	-4,05	-4,24	1,25
mai	-2,02	1,37	2,31	-2,60	0,87	4,11	2,05
jun	4,47	0,45	1,31	-1,01	4,82	2,27	0,96
jul	-11,56	-0,74	0,11	-2,18	0,37	-0,43	-0,35
ago	-0,38	-0,75	0,01	3,39	5,10	5,44	-0,31
set	3,63	-0,66	0,04	17,66	-1,43	-1,10	-0,26
out	3,58	-0,96	-0,32	-2,20	0,31	-0,11	-0,60
nov	15,02	-1,65	-0,98	-4,16	-2,33	-3,85	-1,27
dez	21,84	-0,99	-0,20	-10,07	-5,18	-8,60	-0,63
Acum. no ano	109,76	-6,53	4,57	27,17	25,85	23,23	0,10
jan/00	-5,28	-0,51	0,22	-2,40	-1,22	-0,48	-0,03

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicatas(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasse do BNDES(6)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan/98	-	5,50	78,15	18,05	5,58	16,04	11,02	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,56	71,64	19,90	5,28	16,31	10,94	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	11,77	5,63	64,25	18,04	4,87	15,32	10,67	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	-	5,66	59,28	17,78	4,60	12,10	10,65	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	5,69	60,40	17,84	4,52	14,21	10,30	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	10,63	5,68	59,19	17,17	4,41	10,47	10,24	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	-	5,62	57,69	16,22	4,38	12,02	10,22	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,53	54,70	16,72	4,21	12,74	10,33	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	11,68	5,13	70,02	20,21	5,26	13,45	11,63	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	-	4,98	71,90	20,01	5,44	15,96	11,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	5,15	71,33	18,94	5,34	14,34	11,76	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	18,06	5,08	64,02	18,54	5,00	12,94	11,60	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan/99	12,84	4,91	75,22	20,32	5,68	11,98	11,74	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,06	81,82	53,87	6,08	14,83	12,56	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	5,06	75,71	25,50	5,77	13,00	12,85	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	13,48	5,04	74,19	18,81	5,67	15,92	11,34	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	5,25	65,15	17,12	5,09	16,78	10,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	5,62	60,48	15,22	4,63	13,00	10,58	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	14,05	5,71	57,90	13,16	4,36	11,56	10,70	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,92	54,74	13,15	4,22	12,54	10,67	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	5,93	54,10	12,99	4,11	17,49	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	12,50	6,12	50,04	12,74	3,84	14,78	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	6,06	49,85	12,77	3,91	14,70	9,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	6,13	49,81	12,76	3,79	14,71	10,06	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
Jan/00	12,00	6,17	50,41	12,12	3,79	14,05	9,80	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas e ACC: valores referentes ao dia 11/01/00. (6) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro.